



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 29 DE MAIO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Estão abertos os trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela internet através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, link Auditório On-Line.

Foram convidados para participar da audiência pública da Lei de Responsabilidade Fiscal os senhores, desculpem, acabei de receber uma ligação do Líder do Governo preocupado com a reunião, mas o Vereador Jair Tatto está presente e informei isso à Liderança do Governo.

Quero convidar o Sr. Secretário Marcos de Barros Cruz, que foi o primeiro a chegar a essa reunião, aliás meia hora antes do horário previsto, portanto, parabênzo a V.Exa., lembrando que da última vez tivemos um atraso de uma hora e meia., mas hoje o encontrei bem adiantado. Obrigado pelo prestígio.

E convido também o Sr. Edson Simões. (Pausa) Não está presente. Há algum representante? Sr. Mauro Massahiro Chosa. Obrigado pela presença. Ele é agente de fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle. Seja muito bem-vindo.

Peço ao Sr. Secretário que tome assento à Mesa. (Pausa)

Peço também ao nobre Vereador Paulo Fiorilo que presida a reunião, uma vez que o Vice-Presidente não se encontra. Preciso me ausentar por cinco minutos.

Passo a presidência dos trabalhos ao Sr. Paulo Fiorilo.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Quero combinar que passaremos a palavra ao Sr. Secretário Marcos de Barros Cruz para sua apresentação. Em seguida, abriremos para as perguntas dos Srs. Vereadores.

Secretário, mais alguém que precisa lhe acompanhar? (Pausa)

Tem a palavra o Sr. Secretário Marcos de Barros Cruz.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Bom dia a todos, senhoras e senhores, o objetivo da sessão é passar o resultado do primeiro quadrimestre de 2013, conforme a Lei de

Responsabilidade Fiscal.

Passarei primeiro pelas receitas, despesas e o resultados, conforme a indicação da LRF Dívidas-Limites. E, no final, abrimos para perguntas.

Peço para disponibilizar a apresentação.

- Apresentação de vídeo.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Um primeiro quadro geral, para posicionar as senhoras e senhores, sobre o Orçamento do ano: temos um total dos anos de 2010 até o Orçamento de 2013 das receitas correntes e das receitas de capital.

Esse ano, o Orçamento aprovado pelos Vereadores foi de 42 bilhões, composto de 36 bilhões de receitas correntes e 5.5 de receitas de capital, sendo que nós já realizamos, até esse momento, 13.7 bilhões de receita.

Passo agora os resultados um pouco mais abertos.

Em comparação ao primeiro quadrimestre de 2013, as receitas correntes apresentam um crescimento de 7.8%; as receitas de capital têm um decréscimo de 62% em função da não emissão de Cepacs esse ano, pois eles foram emitidos no ano passado, de tal forma que a receita total tem um crescimento de 2.6%.

Entrando um pouco mais no detalhe: as receitas correntes que são as receitas mais previsíveis e que acompanham, mostram um crescimento bastante forte no ano, de 7.8%, em especial receita tributária que cresceu 10% em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior.

Essa é a composição da receita de nossa cidade: 50% de receita tributária e 36% de receitas de transferências, que são as principais.

Graficamente, podemos ver a evolução ao longo dos anos. Então continua numa evolução positiva da arrecadação do Município.

O lado da esquerda são os tributos específicos da Cidade e do lado da direita são os repasses dos tributos federais e estaduais.

O único tributo que continua tendo uma refreada de receitas é o IPVA, pelos fatores já discutidos anteriormente.

Em relação aos principais tributos municipais: o IPTU vem crescendo a 11,7%; o ISS, a 10%; o ITBI, a 10%. Enfim, o ritmo da arrecadação municipal continua bastante positivo. Quando comparamos com a arrecadação do Estado e da União – como mostradas neste gráfico -, temos: um primeiro bloco, de receitas do Município, que têm um crescimento real de 4,3%. Se comparadas ao Estado, há um decréscimo real de -1,1% e um crescimento praticamente neutro.

Obviamente, são dinâmicas completamente diferentes. Quando comparamos o crescimento da arrecadação municipal de São Paulo com as de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, ela também se mostra acima das arrecadações dessas duas cidades.

Por último, em relação às receitas de capital, a grande variação foi na alienação de bens feita no ano passado, fruto de Cepacs da Água Espraiada, que para este ano ainda não estão previstas. Eis o que faz a grande diferença.

Falarei agora sobre as despesas. Elas vêm evoluindo de forma mais lenta do que a receita, o que é boa notícia. As despesas correntes cresceram 7%, lembrando que as receitas correntes cresceram 9% - portanto, uma diferença importante, fruto de contenção das despesas correntes. As despesas de capital também reduziram, o que é natural em um primeiro ano de mandato versus último ano de mandato anterior.

Em relação às despesas correntes, como eu disse, o crescimento total foi de 7% - 6% em pessoal, juros e outras despesas correntes. Novamente, só para mostrar que, em termos de crescimento real, descontada a inflação, a receita corrente cresceu 1,4% e a despesa corrente, 0,7%. A gente considera esse um movimento importante para liberar recursos para investimento.

Em relação às despesas de capital, há neste momento um decréscimo de 7% em função, principalmente, dos investimentos.

Os saldos de restos a pagar do exercício do ano passado fecharam o ano em quase 2 bilhões. Desses, 1,2 bilhão foi pago e 540 milhões, cancelados, ou seja, as despesas que de fato não ocorreram. Resta um saldo de restos a pagar de 200 milhões, que será pago ao longo do exercício.

Em relação aos resultados, primeiro o orçamentário. Em relação ao realizado da receita de janeiro a abril, foram 13,7 bilhões; a despesa liquidada, de 9,7 bilhões, e a despesa empenhada, 10,7 bilhões. Temos, até o momento, um resultado no período, em relação à despesa liquidada de 4 bilhões positivos.

Em relação ao resultado primário, as receitas primárias totais somam 13,6 bilhões e as despesas primárias totais, 8,4 bilhões, de tal forma que temos, até agora, um resultado primário de 5,2 bilhões acima da meta fiscal definida na LDO aprovada no ano passado, de 1,3 bilhão. Lembro que, neste gráfico, quanto maior o resultado primário, melhor a capacidade de investimento.

Em relação ao resultado nominal, que é o endividamento da Prefeitura, temos, ao fechamento de abril de 2013, uma dívida consolidada líquida de 61,2 bilhões. Como a dívida antes era de 63 bilhões, houve um resultado nominal negativo de -2 bilhões. Negativo, neste caso, é positivo: significa que reduzimos o endividamento. Graficamente, a meta da LDO é fazer um resultado nominal de 4,7; estamos a -2, e neste caso menor é melhor, porque reduz o endividamento. Isso está refletido neste quadro, que é o da dívida fiscal líquida do Município. A meta para o fechamento do ano é 67,7 bilhões; estamos, neste momento, com 60,1 bilhões de dívida.

Em relação aos limites definidos pela LRF. Primeiro, em Despesas com Pessoal, gastos totais: 32,4%, claramente muito abaixo dos limites prudenciais; Garantia de Valores, na Prefeitura, não se emite garantias, e assim como ela não faz operações de crédito, os limites estão muito abaixo do permitido.

A dívida continua bastante fora dos limites historicamente. A primeira coluna é a

nossa dívida consolidada líquida atual, que é 61,3 bi. Se estivéssemos na trajetória correta, deveríamos ter 44 bi. Para atingirmos o limite de 120% da receita corrente líquida, que é a orientação, teríamos de ter 39 bilhões. Então, estamos falando em uma dívida a mais da Prefeitura da ordem de 17 a 22 bilhões.

A dívida vem caindo nos últimos tempos, mas está muito longe do que é o objetivo.

Por último, o saldo devedor em dezembro de 2012 era de 53 bi. Deveríamos ter pago uma prestação de 2,4 bi. Pagamos 1,1.

Com isso, encerro a questão dos resultados.

Antes das perguntas, falarei sobre cinco áreas que a Prefeitura e a Secretaria têm trabalhado bastante.

Primeiro, continuar a trabalhar no aumento de arrecadação. Várias iniciativas discutidas. Este ano é um ano de PGV.

Segundo, é aumentar as transferências de recursos, especialmente de recursos de capitais de outros entes.

Terceiro, manter o trabalho em cima da redução de custeio. Conseguimos reverter e, agora, o custeio já cresce menos que a receita, o que é sempre saudável.

Temos a questão dos precatórios para ser acompanhada bem de perto. Dependendo da posição do STF, isso pode criar um impasse de tamanhos drásticos para a Cidade.

Por último, a questão da renegociação da dívida, que deve, como consequência, abrir um novo programa de financiamento.

Presidente, com isso encerro e estou aberto às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, seria interessante se pudessemos ouvir o representante do TCM para sabermos da avaliação do Tribunal pertinente a esses

resultados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Pois não. Tem a palavra o representante do TCM, Sr. Mauro.

O SR. MAURO – O Tribunal tem incumbência de sempre acompanhar todos os relatórios. Fazemos quadrimestralmente um relatório de acompanhamento em que todos esses indicadores e resultados são apreciados.

A apresentação dos números demonstra que a situação entre a arrecadação e a despesa está em um patamar bom.

Com referência à dívida, já é de conhecimento de todos, essa situação relatada, sobre a necessidade da renegociação.

Portanto, não tenho nada a acrescentar.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Gostaria de saber o quanto foi pago em relação aos precatórios.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – O pagamento de precatórios é 2,71% da receita líquida, baseado na EC 62. Acreditamos que esse é um modelo possível de ser mantido.

P – Porque já existe aquela questão de uma nova interpretação com relação ao pagamento dos precatórios. O senhor poderia nos dar um cenário dessas alterações, se prevalecer esse novo entendimento dos tribunais?

R – A situação é tão drástica que o estoque de precatórios do Município é de 18 a 20 bilhões, dependendo da interpretação. Então, se no limite, o Supremo falar que todos os precatórios têm que ser pagos imediatamente, significa que mais da metade do Orçamento do ano tem que ser feito para precatórios, o que é impossível.

P – Além das iniciativas mencionadas, com relação à arrecadação, existem inúmeros indícios que o ITBI vem sendo burlado, mesmo porque os valores comercializados não representam a realidade do mercado. Gostaria de saber se a Secretaria busca uma nova

avaliação.

R – No momento da aquisição do imóvel o contribuinte é obrigado a declarar por qual valor ele foi adquirido. O que a Prefeitura faz e pode fazer é definir um valor mínimo para aquela localidade. Então, a Prefeitura pode calibrar esse valor mínimo em função das transações de mercado. Esses estudos são constantemente feitos e anualmente esse valor do VVR é atualizado.

P – Gostaria de saber a respeito do estudo da mudança da planta genérica, que está sendo implantada este ano. Se existem esses estudos e se podem ser encaminhados a esta Comissão.

R – A planta genérica, entendo que é uma exigência legal que tem que ser feita este ano. Os técnicos da Secretaria já estão trabalhando, junto com a Comissão Imobiliária. Assim que os estudos atingirem um estágio de maturidade, será apresentado na Câmara. Ao longo do segundo semestre acredito que teremos bastantes discussões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – O Vereador Aurélio Nomura fez uma colocação bastante pertinente, que é a questão do ITBI.

Quero deixar para reflexão algumas situações da cidade de São Paulo, com relação ao que podemos chamar de São Paulo ilegal e que tem reflexo direto na arrecadação. Por exemplo, temos 2,4 bi Cadastros de Contribuintes Mobiliários, o CCM. Por outro lado, somente 65 mil licenças de funcionamento. Esses números deveriam se equiparar ou não terem uma diferença tão acentuada.

O que perguntaria é se existe algum trabalho da Secretaria de Finanças junto com a Secretaria de Licenciamento que faça com que a Cidade se torne mais legal?

A segunda questão é uma dúvida. É obrigatório só pagar até 13% a dívida ativa? É o máximo que a Cidade pode pagar? Se for, qual a estratégia de São Paulo para sair dessa

situação, porque cada vez mais vamos aumentar essa dívida, porque o valor que se paga não atinge o mínimo para poder fazer com que ela seja abatida no decorrer do tempo.

A última questão. Foi aprovado, nesta Casa, um projeto de autoria do Vereador Police Neto, para a regularização fundiária de habitações de interesse social. Temos, na Cidade, um número gigantesco de locais que não pagam o IPTU, e são áreas de invasão. Queria saber se o Secretário entende como importante a Secretaria de Finanças participar e incentivar para que tenhamos um maior número de regularizações fundiárias.

Para concluir, acho importante que a Secretaria de Finanças atue na questão macro da Cidade, que é a questão das licenças de funcionamento.

Se o senhor pudesse anotar esses números que lhe passei, eu ficaria muito agradecido. Gostaria de repetir: 2,4 milhões. Essa foi a informação que a Secretaria prestou à Comissão de Finanças. É o número de CCMs expedidos contra 65 mil licenças de funcionamento, que é o número que as Subprefeituras nos forneceram. Isso é algo para analisarmos.

Outra questão é a regulação fundiária, porque acho que precisamos trabalhar essa questão dos lançamentos do IPTU.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Registro a presença do Vereador Nelo Rodolfo.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Nobre Vereador, concordo em 100% sobre a importância de se melhorar o sistema de alvarás e de licenciamento, que é absolutamente crítico. Esses números apontados são realmente gritantes e históricos na Cidade. Se observarmos a abertura de empresas na Junta Comercial - e comparada aos alvarás de funcionamento da Prefeitura -, também há um descasamento muito grande.

O SR. PAULO FRANGE – Secretário, ainda em relação à questão das licenças e

do pagamento de ISS, a Cidade perde muito pela evasão de ISS. Até comentei com o Secretário-Adjunto que, no mesmo item de CNAE, as empresas de limpeza, por exemplo, pagam 2% de ISS, e as de controle de pragas, 5%. Ou seja, as empresas de limpeza conseguiram ter um lobby muito forte e conseguiram influenciar essa questão positivamente. Ainda em algumas situações, o ISS é muito alto.

Outro exemplo: as empresas de controle de pragas do Embu-Guaçu pagam ISS de 2%, enquanto as de São Paulo pagam 5%. Temos, então, de avaliar se existe algum estudo por parte da Secretaria que aponta essa desigualdade, uma vez que o ISS é muito alto na Cidade.

Era o que eu tinha a complementar. Obrigado

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Concordo que é um tema crítico e que é importante que a Secretaria de Licenciamento trabalhe todas as questões que dizem respeito a alvarás. Também a Secretaria de Finanças terá um papel muito importante de apoiar essa questão, que é absolutamente crítica para a Cidade.

Entendo que foi correta a decisão da Secretaria de Finanças nos últimos anos de desatrelar a questão do CCM da questão do alvará de funcionamento, porque é bom termos mais CCMs, porque significa que a Cidade está recolhendo. Se a Cidade só fosse recolher imposto de quem tivesse o alvará, a arrecadação de ISS seria 30% do que é hoje.

Acho que as Administrações passadas fizeram um trabalho muito bom. Agora os Poderes Executivo e Legislativo têm que buscar a legalidade, sem afetar, para baixo, a arrecadação, tentando compensá-la.

Há, então, muito trabalho a ser feito nesta direção.

Em relação às tarifas de ISS, obviamente é sempre uma questão setor a setor. Acho também que há uma tendência histórica de redução que se vê e que os senhores vêm aprovando ao longo dos anos. Logicamente, tem que ser feita com muita moderação, porque qualquer redução de tarifa e benefício fiscal impacta em menos capacidade de investimento no

setor público. Por isso que caso a caso tem que ser observado com muita cautela.

Em relação à regulação fundiária, IPTU e ITBI, para a questão do IPTU de Habitação Social já existe um programa grande de isenção, e pretendemos propor aos senhores um aumento da isenção social para ITBI, principalmente para programas como Minha Casa, Minha Vida, para ajudar no programa de regularização. Porque, muitas vezes, o receptor de um programa do Minha Casa, Minha Vida, apesar desse programa ter um ITBI pequeno, isso às vezes faz a diferença entre a pessoa receber ou não a escritura do imóvel em seu nome.

Essa discussão, então, deve vir à Câmara nos próximos tempos, alinhando-se ao que o Vereador acabou de abordar.

Um último esclarecimento. Na Lei de Responsabilidade Fiscal de 2001, foi deferido pela União que, para proteger os entes, o pagamento das dívidas deveria ser da ordem de 13%. Isso para evitar uma situação em que se comprometa 20 a 25% dos recursos da Cidade no pagamento de uma dívida passada.

Essa é uma determinação do LRF, que faz com que, da dívida, 13% da receita líquida seja comprometida com o seu pagamento.

Se lembrarmos, como já comentei, que hoje já gastamos quase 3% dos precatórios, estamos falando que 16% do que a Cidade arrecada são usados para pagar o passado. São dívidas da década de 90, históricas. Então, trata-se de uma preocupação da União em proteger as gerações futuras; porque, se formos pagar toda dívida e todo precatório, não sobra absolutamente nada para gerir a Cidade hoje, para melhorar a Cidade para as gerações futuras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Concluída a questão do Vereador Ricardo Nunes?

O SR. RICARDO NUNES – Concluída, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Estávamos eu e a Vereadora Marta Costa

discutindo sobre a margem de 20% que o Prefeito quis reduzir de todos os contratos de custeio. Eu me recordo que quando o Prefeito José Serra assumiu a Prefeitura de São Paulo, com o Secretário Mauro Ricardo, foi uma situação difícil para o empresário brasileiro e paulista, porque o Prefeito breou, na época, os pagamentos de todos os contratos. Ele parou de pagar, ficou de completar o pagamento creio que em sete anos, algo assim. Houve uma redução imensa do custeio.

Todo Prefeito entra com uma novidade. O Prefeito Haddad entrou com um processo para reduzir até 20% dos custos dos contratos. Eu queria saber de V.Exa. qual o resultado desse processo, porque não é barato o custeio da máquina administrativa. Os contratos são muitos. Quero não só ter uma noção superficial agora, mas também por escrito essa informação sobre onde será feita a redução.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - O processo de negociação de contratos, como bem colocado, foi diferente do processo em 2005. Nós não adotamos uma estratégia mais radical de fazer compulsório um pagamento em sete anos ou romper contratos. As negociações foram todas efetivadas com os fornecedores em comum acordo; e, caso não existisse acordo, a Prefeitura não renovaria ou estenderia os contratos. O objetivo de 20% era obviamente impor qualidade ao serviço.

Os resultados obtidos até o momento são da ordem de 500 milhões de reais em economias de contratos negociados com os fornecedores, sem nenhuma quebra de contrato. Obviamente, teremos fornecedores mais e menos felizes, mas não houve quebra de contrato no sentido de nos recusarmos aos pagamentos.

Interpretamos como bastante positiva essa medida, pois estávamos trabalhando em uma base de custeio sem, por exemplo, nenhum convênio de saúde – porque não era o objetivo negociar neste momento convênios de saúde -, ou de assistência social, e respeitando alguns serviços essenciais como o de concessão do lixo, além de outros. Trabalhamos mais nos contratos de custeio tradicionais e de serviços, e essa redução de 500 milhões nós

interpretamos como bastante positiva.

Além da redução propriamente dita, nós trabalhamos para fazer algumas mudanças no processo de compras da Prefeitura. Uma dessas mudanças foi relativa aos indexadores de correção dos contratos. Antes, a Prefeitura trabalhava com um modelo mais tradicional, que já havia sido substituído em outros lugares, como o Governo do Estado de São Paulo e também o município do Rio de Janeiro. Fomos para um modelo mais simples, atrelando a renovação de todos os contratos ao IPC-FIPE como índice de mercado. Somente essa ação – se houvesse sido aplicada no ano de 2012 – teria representado uma economia de 300 milhões de reais para a Prefeitura.

Esses são mecanismos para se controlar o custeio e tentar evitar uma situação como a do ano passado, que, na nossa visão, não era positiva, pois o custeio cresceu o dobro da receita corrente líquida.

Resumindo, a economia obtida dessa forma foi de 450 milhões e pouco, e poderemos apresentar um relatório e apresentar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – V.Exa. comentou há pouco em relação à saúde, que não foi prejudicada. Agora, há um item que me diz respeito, o controle de natalidade de animais domésticos no Município. Lei de minha autoria propôs convênio com as entidades protetoras para realizar a castração desses animais. Nós já operamos, na cidade de São Paulo, 550 mil animais e com a redução de 20%, houve prejuízo da qualidade do serviço. Porque não diminuiu o número de operações, mas o custo delas. Na Secretaria de Saúde a norma não era até 20%, era 20%. As entidades de proteção dos animais teriam de reduzir 20% ou estariam fora do processo.

Só para registro, Sr. Secretário.guardo seu relatório para poder analisar e ver quais as questões.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Se fosse possível, gostaria que, nessa solicitação, o Secretário nos enviasse uma relação completa, porque temos notícias de que com relação a

serviços de zeladoria das Subprefeituras o corte foi linear, como poda de árvore, limpeza e creches. Enfim, gostaríamos de ter esse levantamento, porque fala-se num eventual apagão, exatamente, por causa dos 20% desse corte linear que foi feito no começo do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Vamos fazer uma análise geral. Aguardaremos o relatório. Passo a palavra ao Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado, Sr. Presidente. Queria tratar da apresentação da última lâmina que fala dos desafios. Pelo menos alguns, o senhor já fez referência, como no caso dos precatórios, mas gostaria que o senhor falasse um pouco.

Por exemplo, com relação a iniciativas de aumento de arrecadação. Por exigência legal, tem a PGV. O Vereador Aurélio Nomura já havia feito uma observação sobre ITBI, na reunião de segunda-feira, com a Secretária Leda e com o Secretário Adjunto Antônio Paulo.

Na questão das iniciativas, o senhor fez também referência a outros estudos que estão sendo feitos. É possível adiantá-los? Temos um processo de anistia que se arrasta há alguns anos. Existe, por parte da Prefeitura, interesse em concluir esse processo, até porque o Vereador Ricardo Nunes trouxe essa questão da regularização fundiária. É uma questão muito específica, mas a faço só pela oportunidade. Tenho observado é que a Prefeitura, já na gestão anterior, tem conseguido individualizar o IPTU. Se o Município estiver numa gleba irregular e houver contrato, consegue individualizar. Qual a surpresa negativa depois da individualização? É que o contribuinte acaba recebendo uma cobrança da dívida ativa dos últimos cinco anos, que ele não esperava.

Existem algumas iniciativas sendo pensadas com relação a isso? É possível ter algum projeto de lei que possa minimizar a situação de quem individualiza? De certa forma, acaba sendo importante para a Prefeitura porque pode ou não aumentar a arrecadação, mas começa-se a trabalhar com a Cidade um pouco mais real.

A segunda questão é quanto às transferências de recursos de outros entes. Foi anunciado, há 30 dias, o acordo feito com o Governo Federal de quase 23 bilhões.

Concretamente, já temos convênios assinados dessa parcela? O que é possível contar para as atividades da Cidade?

Agora, quero tratar da questão da dívida. Estava observando os gráficos e, em abril deste ano, tivemos o melhor momento que é o da redução da dívida, se comparado aos anos anteriores. Mas o senhor mesmo já afirmou que a dívida é um problema grave que, se não for renegociada, pode continuar fazendo com que a Prefeitura tenha uma capacidade de investimento pequena.

Minha pergunta com relação a isso é: qual é a situação da renegociação? Existe alguma novidade? O senhor, em outra reunião, disse que estava avançando e que havia perspectivas. Avançou mais ou avançou menos? Qual é a expectativa da Prefeitura?

Por último, diz respeito à questão de manter a tendência da redução do custeio. Lembro que a Secretária Leda, na reunião de segunda, falou que essa coisa dos 20% foi um número que criaram, porque não foram 20%, e não trabalhamos de forma linear, trabalhamos com as realidades. Aliás, falou do comitê – não sei se a expressão é comitê – que foi criado para discutir o orçamento, que envolve a Secretaria de Finanças, Governo, Jurídico e Planejamento.

Minha questão é a seguinte: o senhor afirmou que já atingimos um valor de quase 500 milhões, qual é a expectativa da Prefeitura, até onde é possível chegar para que se evite essa fala feita pelo Vereador Aurélio Nomura?

São essas as minhas questões, Sr. Presidente.

R – Vou começar pela dívida. As discussões sobre a dívida, obviamente é uma discussão bastante complexa porque é uma discussão federativa que envolve as contas da União, Estados e Municípios. A discussão continua avançando bastante bem, a União tem disposição e está tomando a liderança em fazer essa renegociação. Por exemplo, participei de uma audiência pública no Senado Federal, mês passado, sobre a discussão. E sendo uma discussão complexa e federativa como é toma tempo, mas interpreto que ela continua

evoluindo muito bem e todos esperamos um desfecho dela nos próximos meses. Obviamente ela se insere em todo o contexto legislativo geral de Brasília, mas acho que a União está conduzindo muito bem as discussões. Então acho que isso é crítico para a cidade de São Paulo.

A segunda resposta, falando um pouco de arrecadação, também queria chamar a atenção das senhoras e senhores, um projeto de lei que está no Senado e é absolutamente crítico para todas as cidades, inclusive, São Paulo, o PLS 386, que faz a revisão da lei complementar 116, que define quais os códigos de ISS podem ser cobrados, a última revisão dela foi em 2003 e se observarem, desde 2003, a arrecadação de ISS de todos os municípios do Brasil subiu, porque podemos tributar de forma melhor. Foi construído um projeto ao longo do último ano junto a Abrasf, Associação Brasileira dos Secretários de Finanças, muito sólido e robusto que está agora no Senado, na CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, e é de extrema importância para todos os municípios que ele seja aprovado porque moderniza a lei do ISS. Diria que essa é uma das mais importantes iniciativas que podem acontecer, além da iniciativa da dívida, do ponto de vista federal.

Também ataca de forma bastante objetiva a questão da guerra fiscal entre os municípios, uma situação muito importante para a cidade de São Paulo porque é uma questão federativa. O município não pode arbitrar por si mesmo porque é uma relação entre entes, mas isso sendo inserido através de uma lei complementar seria de grande benefício para a Cidade. Diria que essa é uma iniciativa muito importante.

Há outras de arrecadação como os novos sistemas, a questão da anistia é importante. Tomei nota aqui, Vereador, e acho que tem de ser discutida como Governo porque não é uma discussão só da Secretaria de Finanças, o mesmo foi falado do ponto de vista do IPTU, ela acaba evoluindo, mas acho que gera algumas consequências, então precisa ser discutida. Está anotado aqui o andamento da anistia.

A questão do custeio é bom esclarecer um pouco. Primeiro, quando digo redução

de custeio estamos falando de qualidade de gasto. Não é sempre buscar a redução, muito pelo contrário, mas buscar a qualidade de gasto. Vou dar dois exemplos, um já dei, que é rever o modelo dos contratos, isso não tem nenhum impacto no serviço, mas tem impacto em como as contas crescem. O outro é fomentar a utilização de pregões eletrônicos, e a Prefeitura é uma usuária muito grande ainda do pregão presencial que é uma coisa não vista como uma boa prática. Então é uma questão de qualidade do gasto e é esse o foco que devemos trabalhar. Atas padrões de serviço e situações desse tipo.

O corte não foi feito de forma linear em absoluto. A orientação foi buscar uma redução natural em começo de governo, mas adequada a cada uma das realidades e discutida pela Junta de Orçamento e Finanças semanalmente. Então, não existe essa preocupação. Não é um corte linear e arbitrário. Obviamente, em alguns momentos, as discussões e decisões são mais difíceis, mas sempre levando em perspectiva a realidade de cada Pasta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – O Vereador Jair Tatto gostaria de se pronunciar? (Pausa)

Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – É que tenho uma questão: gostaria de indagar do Secretário, pois, tendo em vista as declarações do Sr. Prefeito Haddad, a tarifa de ônibus ficará em torno de R\$ 3,20, muito abaixo da inflação que foi de 14,4% e o quanto a Prefeitura, segundo dados, irá gastar: cerca de R\$ 1,25 bi com relação ao subsídio em cada ano.

Gostaria que o senhor comentasse a respeito. Quando se pretende gastar e qual efetivamente a manter esse valor já anunciado. Como vão ficar as contas da Prefeitura? Porque falam que a Sra. Dilma promete isenções fiscais, mas, sequer, as coisas estão sendo aprovadas. Então, essas isenções não vão acontecer imediatamente do anúncio do aumento do subsídio.

Essa era a questão que gostaria de levantar e ouvir de V.Exa.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Apenas uma clarificação: a primeira

isenção que é da contribuição patronal já foi aplicada e está em vigor para este ano. Isso representa uma economia importante de mais de 3,6% de economia na contribuição patronal. Isso já foi aprovado e está em vigor.

A segunda economia, que é a dos outros impostos PIS e Cofins, está ainda por medida provisória. A previsão de gasto de subsídio deste ano se fará em linha com o gasto real do subsídio do ano passado, que foi acima de 1 bilhão. Neste ano, deve dar 1,2 ou 1,150, alguma coisa dessa ordem de magnitude.

O subsídio não é um número firme porque depende do número de gratuidade e do fluxo de pagantes e não pagantes.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Parece-me que, em 2012, foi de 960 milhões e, neste ano, é de 1,25 bi.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Além dos 960, teve restos a pagar que não foram pagos no ano passado e entraram neste ano, que foram 150 bilhões. Então, foi quase 1,1 e, neste ano, deve ser por volta de 1,2. Estamos falando na mesma ordem de grandeza. Vai depender das variações.

De fato, é uma conta importante que está equacionada no nosso orçamento. Na conta que mostrei aos senhores está a forma pela qual a gente está conduzindo isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Em relação ao custo do sistema que o senhor colocou anteriormente, eu acho que a minha sugestão é uma discussão com o Secretário de Transportes e com a SPTrans que modela o sistema de transporte em São Paulo, que é um sistema bastante complexo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Indago ao Voto Consciente, que está muito atento à questão, se gostaria de se pronunciar. (Pausa) A sociedade civil ou alguma das pessoas presentes gostaria de se pronunciar ou questionar? (Pausa) Todos aprovaram.

Muito bem.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço ao Sr. Secretário Marcos de Barros

Cruz, ao Presidente Edisom Simões do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, por indicar o Sr. Mauro Massahiro Chosa, Agente de Fiscalização, Subsecretário de Fiscalização e Controle, aos Srs. Vereadores e antes de encerrar a presente audiência, convoco os Srs. Vereadores para a reunião ordinária, na próxima quarta-feira, dia 05 de junho, Dia Internacional do Meio Ambiente.

Estão encerrados os trabalhos.

Tenham todos um bom dia!
